

PANORAMA NACIONAL DO FINANCIAMENTO DA BIODIVERSIDADE

Situação atual e desafios na Colômbia

Foto: Diego Agudelo

Julho de 2022

Autores: Ana María Moncaleano Domínguez, Andrea Paola Rodríguez Beltrán, Fabio Andrés Rojas Garzón (Fondo Acción)

Revisão: Anna Gomes y Elizabeth Tamayo Tabares (Frankfurt School of Finance and Management)

Citação sugerida: Moncaleano, Ana María; Rodríguez, Andrea; Rojas, Fabio; Valenzuela, Elizabeth. (maio de 2022). Estado atual e retos de las finanzas para la biodiversidad en Colombia: una aproximación para la construcción de una taxonomía nacional. Fondo Acción. Bogotá D.C.

PANORAMA NACIONAL DO FINANCIAMENTO DA BIODIVERSIDADE

O projeto Sustainable Finance for Biodiversity in Brasil and Colombia (SF4B) é apoiado pela Iniciativa Climática Internacional (IKI) do Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Segurança Nuclear e Proteção ao Consumidor (BMUV).

Implementado na Colômbia pelo Fondo Acción e no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas com a Frankfurt School of Finance and Management como principal executor e coordenador.

Situação atual e desafios na Colômbia



Conteúdo

ACRÔNIMOS E ABREVIÇÃO	6
UMÁRIO EXECUTIVO	8
1 INTRODUÇÃO	10
2 ECENÁRIO PARA O FINANCIAMENTO DA CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE	15
2.1 LACUNA NO FINANCIAMENTO DA GESTÃO DA BIODIVERSIDADE	21
2.2 INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DA BIODIVERSIDADE	26
3 PAPEL DO SETOR FINANCEIRO	31
4 ¿POR QUE É NECESSÁRIA UMA TAXONOMIA VERDE?	35
5 OS ATORES DO FINANCIAMENTO DA BIODIVERSIDADE	41
6 DESAFIOS DA TAXONOMIA PARA O FINANCIAMENTO DA BIODIVERSIDADE NA COLÔMBIA	45
REFERENCIAS	49
GLOSSÁRIO	55

Acrônimos e abreviações

ARAS	Gerenciamento de risco ambiental e social
Asobancaria	Associação de Bancos e Instituições Financeiras da Colômbia (Asociación Bancaria y de Entidades Financieras de Colombia)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIOFIN	Iniciativa de Financiamento da Biodiversidade
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática
CONPES	Conselho Nacional de Política Econômica e Social
COP	Conferência das Partes
COP	Pesos colombianos
CSA	Conta Satélite Ambiental
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estatística
DNP	Departamento Nacional de Planejamento
GCF	Fundo Clima Verde - Fondo Verde para el Clima - Fundo Clima Verde
GEF	Fundo Mundial para o Meio Ambiente - Fundo Mundial para o Meio Ambiente
GRI	Global Reporting Initiative - Iniciativa Global de Relatórios
IFC	Corporação Financeira Internacional - Corporação Financeira Internacional
IPBES	Plataforma intergovernamental de política científica sobre biodiversidade e serviços ambientais
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática
MEbA	Microfinanças para Adaptação Baseada em Ecossistemas
MinAmbiente	Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
MinHacienda	Ministério da Fazenda e do Crédito Público
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAB	Plano de Ação para a Biodiversidade
PIML	Pacto Intersetorial para a Madeira Legal
PNGIBSE	Política Nacional de Gestão Integrada da Biodiversidade e seus Serviços Ecossistêmicos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSA	Pagamento por serviços ambientais
SARAS	Sistemas de Gerenciamento de Risco Ambiental e Social
SINA	Sistema Ambiental Nacional
SPNN	Sistema Nacional de Parques Naturais
Superfinanciera	Superintendência Financiera de Colombia
TNFD	Taskforce sobre Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza - Taskforce sobre Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza
UPA	Unidade de produção agrícola
WCS	Sociedade de Conservação da Vida Selvagem
WWB	Banco Mundial Feminino - Women's World Banking
WWF	World Wildlife Fund - Fundo Mundial para a Natureza

Sumário Executivo

Apesar dos esforços globais, a perda de biodiversidade continua a aumentar a um ritmo acelerado. O cumprimento das metas acordadas na Convenção sobre Diversidade Biológica - CBD, desde 1992, não é mais suficiente e metas mais ambiciosas devem ser propostas para reverter a tendência de perda.

Um dos maiores desafios para a conservação da biodiversidade é ter os recursos necessários para atingir as metas

Em países como a Colômbia, um ambiente propício existe, composto por regulamentações e instituições interessadas em reduzir a perda de biodiversidade; entretanto, de acordo com dados da BIOFIN, existe uma lacuna de financiamento de 15% em comparação com as metas do país para conservar sua biodiversidade até 2030 (sem fazer ajustes na nova estrutura da CDB).

Neste contexto, destacam-se dois atores estratégicos para a gestão da biodiversidade. Por um lado, dado o impacto que os setores produtivos têm sobre a biodiversidade e o impacto que a perda de biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos têm sobre a sustentabilidade das empresas, é obrigatório que o setor privado considere e incorpore em suas decisões a materialidade das questões de sustentabilidade que também afetam os territórios, a geração de empregos, o crescimento do PIB e a soberania alimentar, entre outros. Por outro lado, o setor financeiro é fundamental para alcançar as metas de conservação da biodiversidade e reduzir o impacto da perda da biodiversidade no país. Entretanto, como veremos neste documento, existem fatores nacionais, internacionais e setoriais que dificultam o investimento na biodiversidade, já que se trata de transações nas quais não se percebe um alto retorno.

O projeto Financiamento Sustentável para a Biodiversidade no Brasil e na Colômbia - SF4B (2021-2023), procura contribuir para a geração de conhecimento e o fortalecimento de capacidades para promover o financiamento de ações para a conservação da biodiversidade nesses dois países. Este documento é um primeiro produto do projeto e é uma aproximação às condições e desafios atuais enfrentados pelo país na construção de uma taxonomia para o financiamento da biodiversidade como ferramenta para motivar investimentos, o que permite critérios claros e transparentes de investimento, seu rastreamento e rastreabilidade de informações.

Da mesma forma, reconhece-se que, apesar do progresso do país no estabelecimento de um ambiente propício ao investimento em biodiversidade, **existem vários desafios para a construção de uma taxonomia para o financiamento da biodiversidade, inclusive: (i) compreender as dependências e impactos das atividades econômicas na biodiversidade, (ii) harmonizar uma nova taxonomia com**

os exercícios existentes, (iii) ter instrumentos financeiros apropriados, (iv) capitalizar investimentos ambientais obrigatórios, (v) harmonizar com outras taxonomias e critérios de investimento responsável, (vi) aprender com os desenvolvimentos internacionais na área de taxonomia e financiamento da biodiversidade, e (vii) rastrear informações.

Na data de publicação deste documento, o governo colombiano publicou a Taxonomia Verde, uma ferramenta destinada a fortalecer os critérios para canalizar recursos para investimentos e gastos verdes no país, contribuindo para um crescimento verde, com baixo teor de carbono e resistente ao clima. O projeto [SF4B¹](#) espera apoiar as instituições governamentais para enfrentar os desafios acima mencionados e gerar ferramentas e espaços de diálogo para posicionar a taxonomia, fortalecer os critérios de biodiversidade da ferramenta e promover o envolvimento do setor financeiro na gestão da biodiversidade.



Foto: Fabiana Rizzi

1

Introdução

Na véspera do 30º aniversário da assinatura da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), a Décima Quinta Conferência das Partes (COP15) sobre Diversidade Biológica foi realizada em outubro de 2021. Uma das principais preocupações expressas pela Secretaria da Convenção foi que, apesar dos esforços, a perda de biodiversidade continua a ocorrer em taxas muito elevadas e, juntamente com a degradação da terra e a mudança climática, constitui uma crise ambiental que deve ser considerada uma prioridade máxima no plano global, como mencionado no relatório do Estado das Finanças da Natureza (UNEP, 2021).

O relatório também destaca que o volume de capital destinado à implementação de soluções baseadas na natureza - SBN - é insuficiente e, atualmente, a maioria dos US\$133 bilhões rastreados em 2020, provém de recursos públicos.

A participação do setor privado é de apenas 14%, incluindo o capital mobilizado para a agricultura sustentável, cadeias de produção florestal, investimentos privados em ações de biodiversidade e mercados relacionados ao carbono

(UNEP, 2021).

A análise dos riscos relacionados à perda da biodiversidade torna-se uma questão fundamental para o desenvolvimento, considerando a alta dependência do capital natural dos setores produtivos direta ou indiretamente (especialmente em suas cadeias produtivas). **Quase metade do PIB mundial depende, em certa medida, dos serviços ecossistêmicos** e essa dependência representa riscos para a sustentabilidade das empresas (World Economic Forum, 2020).

O contexto global fornece assim um grande desafio para o setor financeiro: em 2021, (Oxford Business Group, 2021) 14 bilhões em bônus verdes foram emitidos na Europa para desenvolver projetos de energia renovável, um evento marcante que sinaliza o crescente envolvimento do setor financeiro no meio ambiente e sinaliza como as decisões estão sendo tomadas para lidar com a lacuna de financiamento das prioridades ambientais. Entretanto, os critérios ou definições para investir na biodiversidade ainda estão em construção.

Isto se deve, entre outros, ao fato de que **o retorno esperado pelos investidores em SBNs e outras ações relacionadas à biodiversidade não é percebido como suficientemente alto para ser considerado atraente.** (UNEP, 2021) O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA identifica como **principais causas da baixa alavancagem do setor financeiro para ações relacionadas à biodiversidade a ausência ou baixa: i) compreensão da biodiversidade entre os profissionais bancários, ii) avaliação da materialidade da perda de biodiversidade no contexto dos bancos, iii) orientação e práticas a serem replicadas pelos bancos, iv) definição de indicadores-chave mensuráveis e testados para aplicação em nível de banco e carteira, e v) compreensão dos argumentos comerciais que sustentam a restauração da biodiversidade e dos ecos-**

sistemas para justificar uma abordagem mais estratégica (UNEP FI; UNP WCMC, 2021)

No caso da Colômbia, a biodiversidade é particularmente um imperativo de desenvolvimento

Alguns dos serviços ecossistêmicos relacionados à biodiversidade destacados na Sexta Comunicação da Colômbia à CDB são aqueles fornecidos pelos *'páramos'*² que fornecem água a 70% da população colombiana e para atividades agrícolas, bem como a contribuição dos Parques Nacionais (17'466.973,55ha) para o fornecimento de água e regulação hídrica, que equivalem a 1,15% do PIB e têm um valor estimado de USD 3.439 milhões. (Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible, 2019)

Apesar de contar com estruturas políticas, institucionais e reguladoras relativamente desenvolvidas e com um grande número de figuras de conservação, na prática persistem conflitos sobre o uso do solo e o planejamento territo-

2. *Paramos* são ecossistemas de alta altitude (entre ~ 3.200-5.000 msnm) encontrados principalmente em um cinturão descontínuo que se estende ao longo da Cordilheira dos Andes, desde a Cordilheira de Mérida, na República Bolivariana da Venezuela, até a depressão de Huancabamba, no norte do Peru, passando pela Colômbia e Equador (Buytaert et al., 2006; IUCN, sem data). *Paramos* são ecossistemas de padarias em áreas úmidas o ano todo, com > 3.000 mm de precipitação anual, e que carecem de forte sazonalidade (Rundel et al., 1994). *Paramo* é dominado por gramíneas de touceira (principalmente *Festuca* e *Calamagrostis* spp.) e plantas de roseta e é frequentemente distinguido por abundantes plantas de roseta caulinar de *Espeletia* spp. (*frailejones*). Em suas elevações médias, *Paramos* também são caracterizados por seus solos húmicos ou vulcânicos profundos e ricos em matéria orgânica que retêm grandes quantidades de água (Balslev and Luteyn, 1992). (FAO, 2019) and (Goldstein & DellaSala, 2020).

rial. (Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible, 2017). O resultado destas pressões sobre os ecossistemas é evidenciado, entre outros, pelo pico histórico de desmatamento em 2017 de 219.552ha. (IDEAM, 2018). De acordo com os números de monitoramento de desmatamento, 197.159 ha foram perdidos em 2018, 158.894 ha em 2019 e 171.685 ha em 2020 (IDEAM, 2019).

A transformação e perda de florestas e outros habitats para a expansão da fronteira agrícola, o corte ilegal de madeira, cultivos ilícitos, mineração ilegal e expansão de áreas urbanas, entre outros, são os principais motores diretos da perda de biodiversidade.

O país destina 38,6% de suas terras a atividades agrícolas: a pecuária é a principal atividade em terras degradadas e representa 77% da fronteira agrícola e 27% do território continental, enquanto a agricultura representa 19,7% da mesma (Instituto Humboldt, 2021).

As informações sobre a perda de ecossistemas marinhos costeiros ainda são muito limitadas.



Foto: Backroad Packers

Os desafios do país em termos de conservação da biodiversidade não são poucos e são necessários tanto investimentos públicos como privados para reduzir suas perdas

Neste contexto, nasceu o projeto Sustainable Finance for Biodiversity in Brazil and Colombia - SF4B³ (2021-2023), que busca contribuir para a geração de conhecimento e o fortalecimento das capacidades para promover o financiamento de ações para a conservação da biodiversidade em ambos os países. Um componente importante do projeto é o intercâmbio de conhecimento com a União Europeia, dado seu progresso na integração da biodiversidade em suas questões financeiras sustentáveis.

Na Colômbia, o projeto priorizou ações para promover e apoiar as redes de financiamento da biodiversidade no país e na região com insumos internacionais; para desenvolver um curso online sobre financiamento da biodiversidade e taxonomia verde; e pilotos para implementar uma proposta de taxonomia da biodiversidade.

3. <https://www.fs-unep-centre.org/project/sf4b/>

Este documento constitui uma primeira abordagem para compreender a realidade do país em termos dos desafios que existem para a formulação de uma taxonomia de finanças sustentáveis da biodiversidade e o envolvimento do setor privado em seu financiamento

Em primeiro lugar, apresenta-se um cenário que é composto pelo contexto normativo e o desenvolvimento do setor financeiro em termos de sustentabilidade, o que por sua vez permite mencionar o progresso feito no cálculo da lacuna financeira da biodiversidade com base nos dados existentes e nos instrumentos contemplados para fechar as lacunas. Em seguida, discute-se o papel do setor financeiro no financiamento da biodiversidade e explica-se o progresso do processo de taxonomia verde no país. Finalmente, é apresentado um mapa simples de partes interessadas para a gestão e financiamento da biodiversidade, que identifica as partes interessadas do projeto SF4B, mencionando-se também alguns dos desafios identificados para o financiamento da biodiversidade no país no contexto atual.



Cenário para o financiamento da conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade

A Colômbia tem uma estrutura regulatória que considera e inclui a importância da biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos no desenvolvimento econômico e social do país, integrando uma abordagem de uso eficiente e sustentável nas políticas de desenvolvimento e de acordo com os compromissos internacionais.

Esta visão do país deve representar aos setores produtivos a necessidade de incorporar critérios de biodiversidade na tomada de decisões, já que se torna um determinante da viabilidade das operações e projetos. Os setores sujeitos a licenciamento ambiental para o desenvolvimento de projetos como mineração, energia e estradas foram os primeiros a avançar nessa direção.

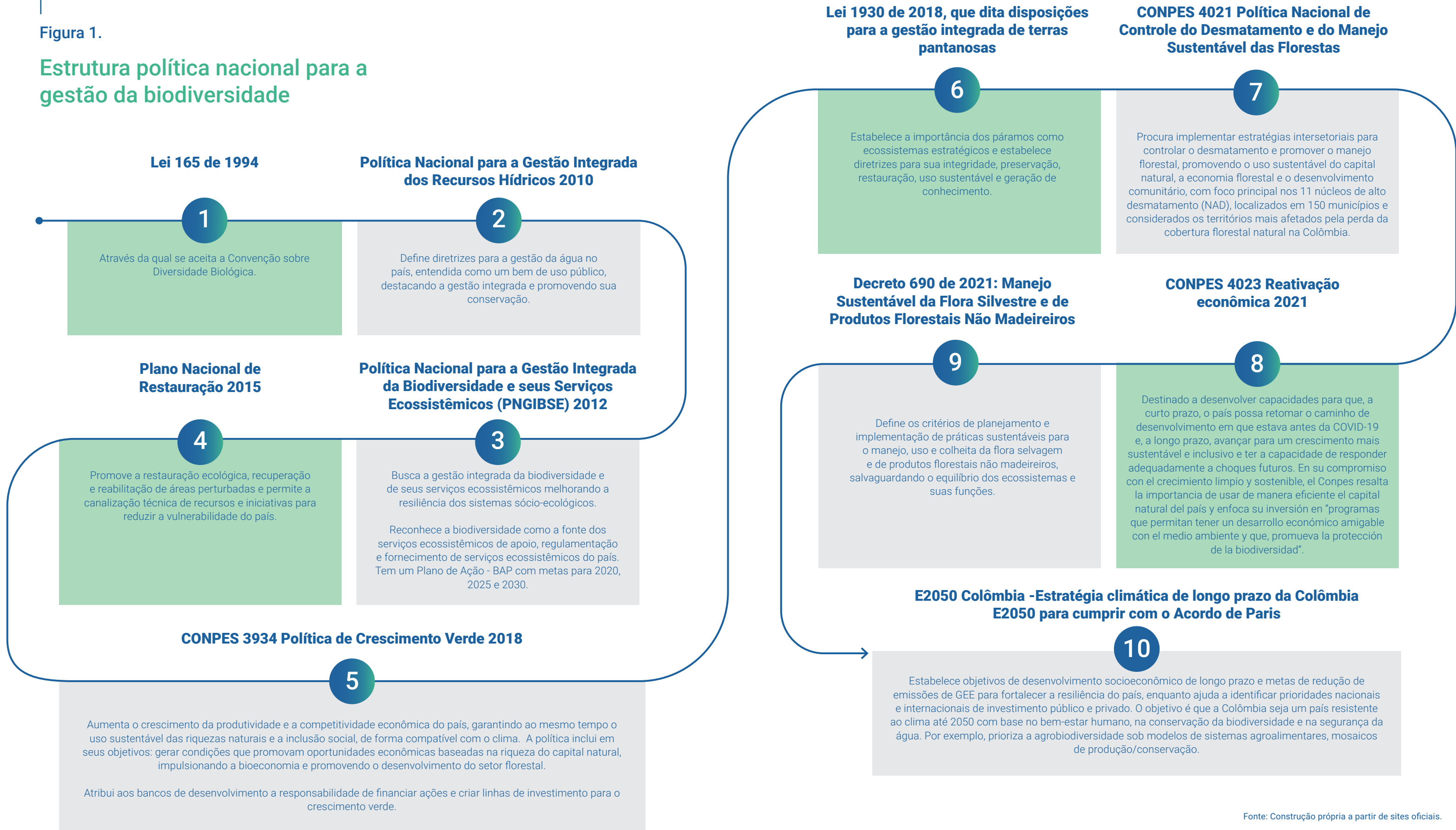
A estrutura política de gestão da biodiversidade na Colômbia representa desafios para a articulação e integração dos setores produtivos nos objetivos nacionais de gestão, conservação e restauração da biodiversidade e oportunidades de crescimento ambientalmente sustentável, o que permite a redução dos riscos associados à perda da biodiversidade.

A seguir, uma linha do tempo listando as regulamentações relevantes para a gestão da biodiversidade na Colômbia. Vale mencionar que **somente as CONPES 3934⁴ e 4023⁵ listam o setor financeiro em nível de banco de desenvolvimento como financiadores e co-responsáveis pelo cumprimento de políticas**. Apesar de sua importância, o envolvimento de bancos comerciais, seguradoras ou investidores não é mencionado nos documentos de política.

4. Documento CONPES 3934. Política de Crescimento Verde.
5. Documento CONPES 4023. Política de reativação, revitalização e crescimento sustentável e inclusivo: Novo Compromisso para o Futuro da Colômbia.

Figura 1.

Estrutura política nacional para a gestão da biodiversidade



Fonte: Construção própria a partir de sites oficiais.

Como mencionado, a normativa colombiana para a gestão ambiental não contempla o papel dos bancos comerciais no cumprimento dos objetivos nacionais e tampouco existe uma diretriz para o estabelecimento de sistemas de gestão de risco ambiental e social para o setor financeiro no país. Entretanto, motivada pelo crescente interesse do setor em padrões e boas práticas para gerenciar riscos potenciais derivados de impactos sobre o meio ambiente e a sociedade, a Asobancaria desenvolveu o Guia Geral de Gerenciamento de Riscos Ambientais e Sociais). Este guia compila as políticas gerais, metodologias e procedimentos que poderiam estar contidos em um sistema que procura gerenciar esses riscos nas operações; além disso, é configurado como uma ferramenta prática para que as instituições financeiras possam gerar seu próprio ARAS, integrando-o em seus processos de acordo com as necessidades e particularidades de cada tipo de negócio.

O documento é adaptado ao tipo de instituição financeira e incorpora elementos de referência para avaliar uma ampla variedade de operações, considerando as disposições relacionadas à análise de carteira, setores sensíveis e a quantidade de operações. O questionário ambiental e social SARAS inclui um capítulo com perguntas específicas sobre Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (Asobancaria, 2021) e entre os padrões de referência estão as normas de desempenho ambiental e social da Corporação Financeira Internacional (IFC), que têm recomendações particulares em relação à medição dos impactos na biodiversidade. Apesar do exposto acima, dado que não há linhas de investimento específicas para a biodiversidade nas instituições bancárias, poucos critérios do IFC relacionados à bio-

diversidade são incorporados ao SARAS dos bancos.

Existem também iniciativas públicas e privadas que contribuem para o desenvolvimento de condições para a implementação de ferramentas de financiamento sustentáveis com benefícios ambientais e sociais, como por exemplo:



Foto: Karoll Amado



O Comitê de Gestão Financeira Sisclima:

Um órgão de coordenação interinstitucional e de diálogo público-privado, procura fornecer diretrizes de políticas públicas para incluir critérios de mudança climática no planejamento econômico e financeiro.



O Guia de Boas Práticas para a Emissão de Títulos Verdes :

Que contém as instruções mínimas sobre o prospecto para a emissão de títulos verdes e seus requisitos mínimos de informação, enquadrados nos princípios dos títulos verdes da Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA). (Superintendencia Financiera de Colombia, 2020).



O Protocolo Verde:

Um acordo assinado em 2017 entre a Asobancaria, representando o setor financeiro, e o governo nacional, tem três estratégias: promover o financiamento do desenvolvimento sustentável, aplicar práticas de uso sustentável de recursos em seus processos internos e incluir impactos ambientais e sociais e custos na análise de risco de crédito e investimento. (Asobancaria, 2012).



A Força Tarefa de Investimento Responsável :

É um espaço de trabalho em rede e diálogo entre atores públicos e privados que trabalham na promoção e implementação do investimento responsável, que procura articular os diferentes esforços institucionais, tornar visíveis as experiências e boas práticas e promover a colaboração no campo do investimento sustentável e responsável na Colômbia.

Os espaços acima mencionados não têm uma ênfase particular no financiamento da biodiversidade, mas dão sinais sobre a intenção público-privada de fomentar ambientes propícios para investimentos responsáveis

Isto é reforçado pelo último Relatório de Progresso da Rede Bancária e Financeira Sustentável da Corporação Financeira Internacional (IFC), a Colômbia progrediu em direção a um ambiente de investimento mais sustentável e responsável. (SNB, 2020) segundo o qual Colômbia avançou rumo a um estágio de maturidade do mercado na promoção de uma mudança para finanças sustentáveis, demonstrando ações em relação ao ambiente propício e às iniciativas da indústria.

O relatório da Colômbia destaca o progresso feito pelo país nos últimos anos e os esforços, tanto privados quanto públicos, no desenvolvimento de mecanismos, diretrizes para a implementação de boas práticas, a inclusão de critérios de risco ambiental e social, assim como a construção de definições que orientem o setor no desenvolvimento de finanças sustentáveis.



2.1

Lacuna no Financiamento da Gestão da Biodiversidade

Embora o marco regulatório permita o desenvolvimento da gestão da biodiversidade com uma visão integrada entre ações públicas e privadas, ainda existem grandes desafios para a implementação dos regulamentos e o cumprimento das metas propostas nos planos nacionais.

No documento inicial do Plano de Ação para a Biodiversidade - PAB construído em 2018, estimava-se que seria necessário um investimento de 6,2 bilhões de dólares para atingir as metas de 2030, o que implicaria um aumento do investimento para 22 milhões de dólares por ano. (BIOFIN, PNUD, 2018). **Dado que os compromissos ambientais nacionais são atualmente mais ambiciosos, o montante real necessário para atingir as metas poderia ser maior do que o calculado em 2018.**

Aumentar a quantidade de recursos alocados para financiar a gestão da biodiversidade é um desses desafios

Neste sentido, o PAB estabelece uma meta para 2030 que procura construir uma estratégia financeira abrangente, liderada por instituições públicas, que contribuirá para aumentar os recursos destinados ao financiamento da gestão da biodiversidade.

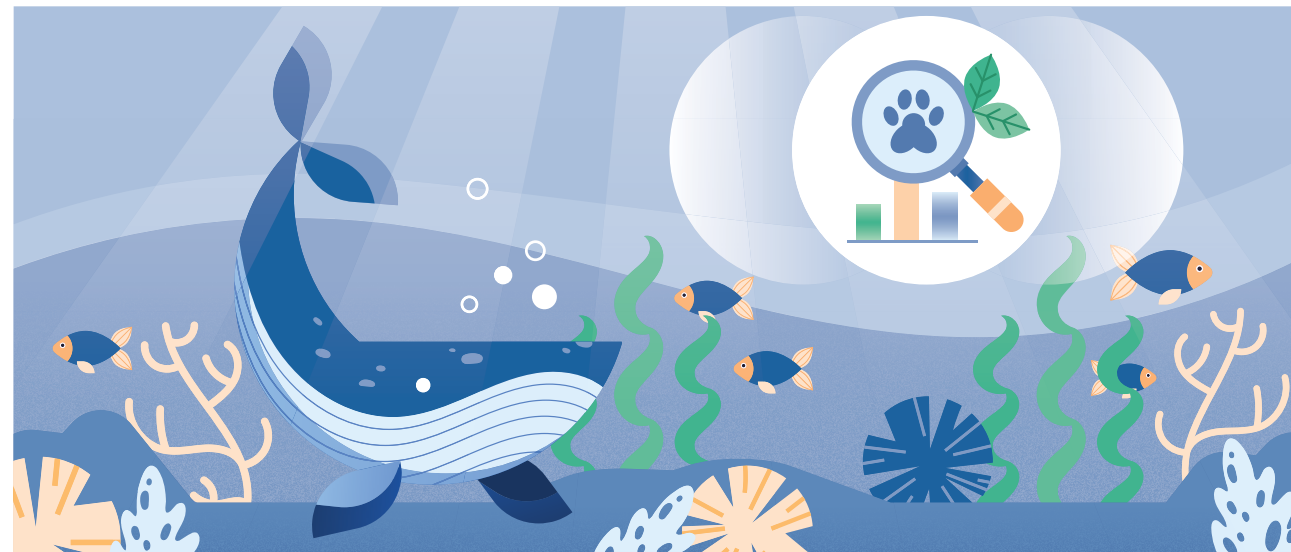
Com este objetivo em mente, diferentes abordagens têm sido utilizadas para desenvolver exercícios para rastrear e medir os fluxos para a gestão ambiental. Os desenvolvimentos do Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas - DANE enquadrado na Conta Satélite Ambiental - CSA e a análise e avaliação dos instrumentos e mecanismos de financiamento da biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos desenvolvidos pela BIOFIN, são os mais importantes. Estes desenvolvimentos fornecem o cenário atual para estimar recursos econômicos direcionados ao financiamento ambiental e diretamente à biodiversidade e, ao mesmo tempo, representam a base para o desenvolvimento de futuros exercícios de rastreamento, classificação e análise dos fluxos privados e públicos.

Conta Satélite Ambiental (ESA) DANE

O objetivo é avaliar as ações de diferentes setores econômicos para conservar, mitigar impactos ou proteger o meio ambiente. Especificamente, a Conta Ambiental e Econômica das Atividades Ambientais e Transações Associadas fornece informações sobre a resposta da sociedade à degradação ambiental e ao esgotamento dos recursos naturais.

A CSA apresenta os resultados da medição dos gastos atuais e de investimento em atividades ambientais, tais como proteção ambiental e gestão de recursos por entidades governamentais e prestadores de serviços públicos de saneamento e produtores, tais como a indústria manufatureira, com base em informações reportadas através da execução do orçamento. (DANE, 2020)

Números recentes do rastreamento de financiamento do DANE relatados na Conta Satélite Ambiental DANE (ESA) mostram que, até 2020, os gastos totais do governo com proteção ambiental atingiram um valor de COP 4,8 trilhões pesos e as atividades de biodiversidade e proteção da paisagem representaram 32,1% desses recursos



BIOFIN

A iniciativa internacional BIOFIN, presente em 40 países, trabalha em conjunto com governos, sociedade civil e o setor privado para apoiar o desenvolvimento de planos de financiamento abrangentes para a biodiversidade. Esta iniciativa, na Colômbia desde 2015, desenvolveu uma análise dos investimentos em proteção, conservação, uso sustentável da biodiversidade, inclusão de políticas setoriais na maioria das iniciativas públicas; e identificou tendências, lacunas de financiamento e oportunidades destinadas a atingir as metas de biodiversidade do país.

O exercício realizado pela iniciativa BIOFIN concentrou-se no rastreamento e medição dos fluxos de financiamento para a gestão da biodiversidade, incluindo a projeção dos fluxos necessários para financiar ações até 2030, com ênfase especial na proveniência dos recursos e no uso de mecanismos e instrumentos financeiros em sua maioria público

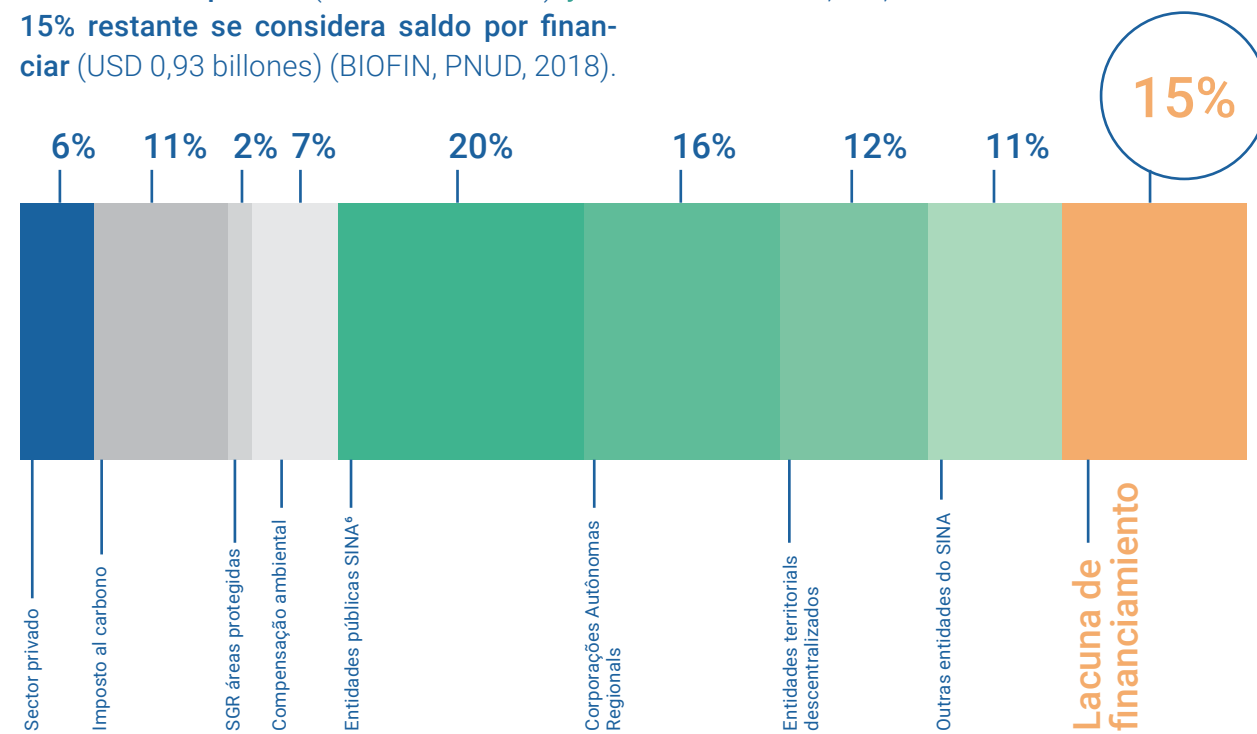


Con base en las proyecciones de flujos históricos de recursos orientados a financiar la PNGIBSE y para cumplir con las metas planteadas a 2030, se calcula que, **cerca del 66% de los requerimientos de financiación, estarían cubiertos por recursos del gasto público** (representados por la gama de verdes en la siguiente gráfica) **y privado**. Los mecanismos que se promueven en la estrategia financiera propuesta por BIOFIN (impuesto al carbono, plataforma de mercado para compensaciones por pérdida de biodiversidad y SGR con áreas protegidas), permitirían financiar el 19% de lo requerido (USD 1,2 billones) y el 15% restante se considera saldo por financiar (USD 0,93 billones) (BIOFIN, PNUD, 2018).

Figura 2.

Potencial Financiero - Plano de Ação para a Biodiversidade

Fonte: BIOFIN, UNDP, 2018.

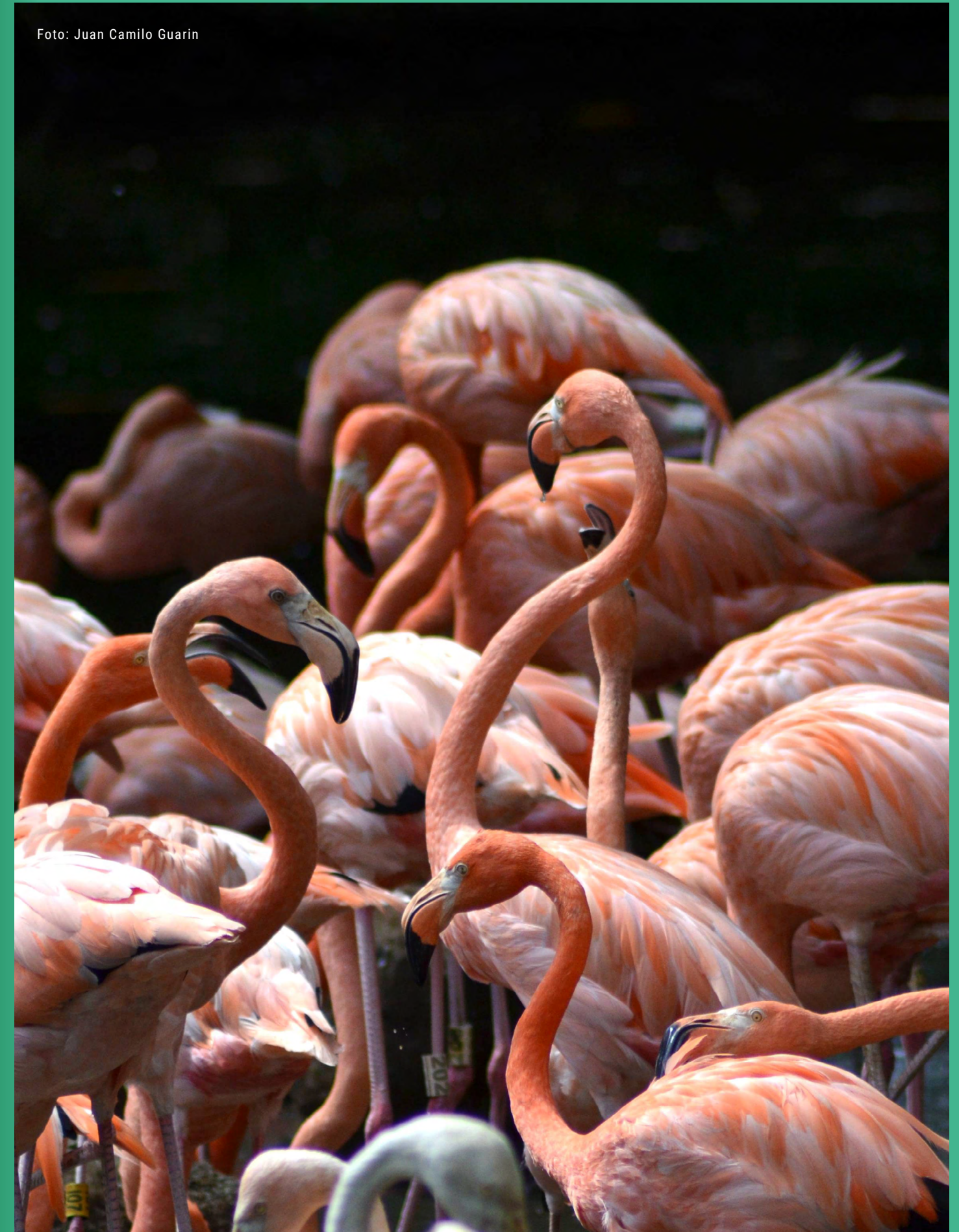


É importante esclarecer que a análise realizada pela BIOFIN baseia seus cálculos no acompanhamento dos recursos públicos, e os 6% estimados para a contribuição do setor privado correspondem a recursos de compensação pela perda do componente biótico. Entretanto, **o potencial de financiamento do setor privado pode ser maior se forem incluídos outros mecanismos e instrumentos financeiros ba-**

seados no mercado e orientados pelo setor, representando uma oportunidade para o setor financeiro construir a ponte entre a oferta e a demanda de fluxos de financiamento da biodiversidade.

6. O Sistema Nacional Ambiental – SINA é o conjunto de orientações, normas, atividades, recursos, programas e instituições que permitem a implementação de princípios gerais ambientais da Colômbia. Informações sobre como o SINA é composto podem ser encontradas em: <https://www.minambiente.gov.co/ordenamiento-ambiental-territorial-y-sistema-nacional-ambiental-sina/>.

Foto: Juan Camilo Guarín



2.2

Instrumentos de Financiamento da Biodiversidade

Embora os instrumentos analisados pela BIOFIN sejam aplicados ao desenvolvimento das atividades do setor privado, eles são principalmente de natureza pública ou são promovidos por iniciativas públicas. Apesar da falta de medições abrangentes da contribuição potencial dos instrumentos do

setor privado para o financiamento da gestão da biodiversidade, eles são considerados como opções com potencial para preencher a lacuna de financiamento da biodiversidade. A seguir estão os mecanismos priorizados pela BIOFIN para contribuir para cobrir a lacuna de financiamento da biodiversidade.



Figura 3.

Mecanismos com potencial de financiamento de gap

Fonte: (BIOFIN, PNUD, 2018).



Nos esquemas de PSA, um beneficiário do serviço ambiental faz um pagamento por ações que mantêm e melhoram as condições ambientais em uma área específica (Fondo Acción, 2016). A implementação do Programa Nacional de PSA criou as condições para o desenvolvimento e consolidação destes esquemas no país. Em 2020, a área total acumulada sob esquemas de PSA era de 299.326 hectares, e somente naquele ano, um total de 79.414 novos hectares foram relatados sob modelos de conservação com PSA, em 24 projetos beneficiando 3.780 famílias em 120 municípios (Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible, 2021).

Em 2020, a área total acumulada sob esquemas de PSA era de 299.326 ha



e somente naquele ano, um total de 79.414 novos ha foram relatados sob modelos de conservação com PSA



em 24 projetos beneficiando 3.780 famílias em 120 municípios

Um exemplo claro da participação do setor financeiro em um esquema PSA é o BanCo2, que nasceu em 2013 como uma iniciativa para a conservação dos ecossistemas, juntamente com as comunidades camponesas e indígenas nas áreas rurais da Colômbia



Foto: Alejandro Ortiz

A plataforma liderada por Más Bosques e Bancolombia procura compensar a pegada de carbono de indivíduos e empresas através de um esquema do tipo PSA com as comunidades. Os recursos de compensação são entregues aos proprietários do terreno através de um instrumento chamado "Ahorro a la Mano", que permite o acesso à conta sem a necessidade de ir a um banco. Esta invenção, a primeira do gênero no país, ampliou o número de beneficiários e permitiu que o programa se difundisse, recebendo recursos de indivíduos e empresas interessados em fazer suas compensações ambientais. Atualmente o BanCo2, presente em várias regiões do país, é um mecanismo que tem sido utilizado até mesmo por empresas para compensar e fechar suas obrigações ambientais.

Um dos instrumentos que pode ter um grande impacto sobre a biodiversidade são as compensações ambientais e os royalties. Os recursos associados são realmente importantes, mas não podem ser considerados como investimentos destinados a fechar lacunas estruturais na perda de biodiversidade. Eles são mecanismos eficazes para restaurar e incentivar o uso sustentável, mas não são adequados para reduzir a perda de biodiversidade em larga escala.

As políticas nacionais de desenvolvimento apresentadas exigem uma transformação fundamental na forma de fazer negócios para que, em vez de diminuir ou compensar os danos, sejam as próprias atividades que geram impactos positivos (biodiversidade positiva)



Isto requer trabalhar mais no último instrumento de institucionalização e sustentabilidade de soluções financeiras aplicáveis a todos os setores e atores econômicos (BIOFIN, PNUD, 2018).



3

Papel do Setor Financeiro

Nos últimos anos, o setor financeiro avançou na construção de mecanismos e instrumentos para integrar os impactos ambientais em seus modelos de negócios e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país. Estas ações incluem a análise dos riscos ambientais e sociais e o desenvolvimento de instrumentos financeiros considerados verdes devido ao seu impacto positivo sobre o meio ambiente.

As ferramentas utilizadas pelas instituições financeiras na Colômbia para gerenciar riscos ambientais e sociais vão desde a avaliação da documentação ambiental e social, a implementação de normas e padrões internacionais, até o uso de ferramentas on-line que facilitam a medição dos impactos socioambientais. Em particular, aqueles que incorporam a **biodiversidade** em seus **critérios de análise** são apresentados a seguir.

Figura 4.

Ferramentas disponíveis incorporando critérios de biodiversidade

Fonte: Elaboração própria baseada em (Cárdenas, 2019).



Avaliação dos impactos potenciais em áreas sensíveis com base na análise da documentação ambiental e social

O SARAS das instituições financeiras leva em conta possíveis impactos em áreas sensíveis em sua avaliação de risco. Ao analisar documentos como certificados de título e propriedade da terra onde a iniciativa a ser financiada será desenvolvida, é possível identificar e categorizar riscos para áreas de importância internacional, nacional ou regional, seja dentro de uma categoria de conservação ou ecossistemas de alto valor de biodiversidade.



Implementação de padrões de desempenho ambiental e de sustentabilidade social IFC

Eles têm como objetivo orientar as organizações na identificação e gestão dos riscos e impactos ambientais em seus projetos. Incluem uma norma específica sobre conservação da biodiversidade e gestão sustentável dos recursos naturais vivos. Planeja medidas para prevenção, mitigação, correção ou compensação de impactos em habitats modificados, naturais, críticos e áreas legalmente protegidas, gerenciamento de serviços ecossistêmicos dos quais o projeto e as comunidades afetadas dependem, e práticas para verificação dos impactos sobre a biodiversidade na cadeia de suprimentos (IFC, 2012).



Uso de ferramentas on-line - Tremarctos Colombia

Plataforma on-line que facilita a obtenção de aproximações dos impactos ambientais e socioeconômicos gerados por projetos de infraestrutura, hidrocarbonetos e mineração, bem como estimativas da área a ser compensada.

A ferramenta tem a opção de gerar relatórios de alerta precoce sobre a biodiversidade, tendo como principais dados de entrada o local georreferenciado do projeto; identifica o impacto de um projeto em áreas sob conservação e fornece um valor aproximado da área para compensar as perdas de biodiversidade causadas pelo projeto.

De acordo com dados da Asobancaria, até 2019 a porcentagem de adoção de políticas ou diretrizes para a avaliação de riscos ambientais e sociais em projetos a serem financiados em suas entidades associadas era de 74%. Naquele ano, foram realizadas 5.331 avaliações de risco socioambiental, das quais 85% foram aprovadas; em 2020 esta carteira alcançou a COP 19,3 trilhões de pesos (Asobancaria, 2021). Não há dados sobre a quantidade da carteira que atende aos critérios de riscos relacionados à biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos.

Ainda são necessários esforços para integrar o conceito da dupla materialidade da perda de biodiversidade pelo setor

De acordo com o último relatório de sustentabilidade da Asobancaria, apenas quatro entidades do setor determinaram o grau de dependência de sua empresa dos ativos relacionados à biodiversidade e aos serviços ambientais; este tipo de análise é considerado uma oportunidade de melhoria e um desafio a ser enfrentado pelo setor (Asobancaria, 2020).

Alinhado com o contexto de políticas e compromissos ambientais do país, o setor financeiro tem desenvolvido produtos que buscam atender a interesses de investimento sustentável. A crescente oferta de produtos e serviços financeiros que promovem ou geram impactos ambientais positivos é uma evidência do progressivo interesse dos atores em mecanismos de financiamento verde. Trinta e seis por cento das instituições financeiras oferecem este tipo de produtos e serviços; em 2019 esta carteira alcançou a COP4,6 trilhões (Asobancaria, 2021). Entretanto, ainda não há uma estimativa da porcentagem desta carteira que é diretamente alocada a atividades relacionadas à gestão da biodiversidade.

Alguns dos instrumentos desta categoria com maior desenvolvimento nos últimos anos são os títulos verdes. Atualmente, o mercado financeiro colombiano tem emissões de títulos verdes públicos e privados, bem como um guia de boas práticas para sua emissão.

A carteira de financiamento vinculada à emissão pública liderada por MinHacienda em 2021 incluiu 27 projetos de até 2 trilhões de COP em gestão de água e saneamento, transporte limpo, energia renovável, produção agrícola sustentável, economia circular, serviços ambientais e proteção da biodiversidade, e adaptação à mudança climática (Ministerio de Hacienda y Crédito Público, 2021).

Do lado do setor privado, várias instituições financeiras construíram iniciativas de financiamento com base em títulos temáticos. Atualmente, o mercado colombiano emitiu COP 1,5 trilhões em bônus verdes e COP 1,1 trilhões em bônus sustentáveis, principalmente para canalizar recursos para projetos de energia renovável e eficiência energética (BVC, 2022).

Embora ainda não existam montantes significativos em títulos que canalizem diretamente investimentos para a proteção e recuperação da biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos.



Este tipo de instrumento de financiamento, cada vez mais implementado por entidades públicas e privadas, representa uma oportunidade para o financiamento da gestão da biodiversidade no país

Na medida que a oferta dessas iniciativas cresce, torna-se necessário construir um quadro comum de referência, uma taxonomia, que estabeleça a definição dos temas de investimento e determine os padrões e requisitos para a classificação dos instrumentos e mecanismos de financiamento e seu efetivo alinhamento e contribuição para os objetivos ambientais e sociais do país.

Neste ponto, destaca-se o programa Microfinanças para Adaptação à Mudança Climática baseada em Ecossistemas (MEbA), uma iniciativa destinada a fornecer instrumentos que permitam aos pequenos produtores agrícolas implementar medidas de adaptação. O MEbA começou em 2017 com recursos da cooperação internacional e, no mesmo ano, Bancamía, UNEP e Bancóldex inauguraram uma fazenda de demonstração em Ubaté para que os produtores pudessem ver a implementação de 11 medidas de adaptação. No caso do Bancamía (fundação de microfinanças do BBVA), o banco desenvolveu uma linha de empréstimos chamada "CrediVerde" que inclui 40 medidas de adaptação, 22 das quais já estão sendo financiadas. Da mesma forma, o Bancóldex concede recursos por chamada levando em conta os resultados do MEbA e os recursos são executados por instituições de microfinanças, bancos e ONGs que têm uma cota com o Bancóldex.

4

¿Por que é necessária uma Taxonomia Verde?

A taxonomia financeira sustentável é uma ferramenta que fornece definições para que emissores, investidores, empresas e instituições governamentais, entre outros, tenham clareza (e as mesmas informações) a respeito de quais atividades são consideradas sustentáveis (Ministerio de Hacienda y Crédito Público, 2021).



No caso da Colômbia, esta ferramenta é denominada **Taxonomia Verde** e visa estabelecer um sistema de classificação comum para atividades econômicas e ativos que contribuem para a realização dos objetivos ambientais do país, a fim de ter um cenário claro para emissores e investidores

A taxonomia contribui para a mobilização de recursos porque proporciona clareza e transparência aos fluxos financeiros, o que permite maior confiança entre os atores relevantes no investimento ambiental, ou na biodiversidade, neste caso particular.

Figura 5.

Principais usos da taxonomia verde

	 <p>Apoiar as partes interessadas na identificação e avaliação das atividades econômicas e ativos que contribuem para a realização dos objetivos ambientais. Promover a mobilização efetiva de recursos privados e públicos para investimentos ambientais que permitam ao país cumprir seus compromissos internacionais.</p>	 <p>Facilitar a diferenciação e classificação de instrumentos financeiros verdes e de outros instrumentos financeiros e promover o desenvolvimento de mercados de capital verdes na Colômbia.</p>
	 <p>Favorecer a homologação de critérios e definições para finanças verdes, através de uma linguagem comum, aumentando a transparência e evitando "greenwashing".</p>	 <p>Apoiar o monitoramento e acompanhamento de investimentos verdes que visam metas de sustentabilidade ambiental, assim como a identificação de atividades com potencial e lacunas para direcionamento de recursos.</p>

Fonte: (Ministerio de Hacienda y Crédito Público, Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible, Departamento Nacional de Planeación, Superintendencia Financiera de Colombia, Departamento Administrativo Nacional de Estadística, 2021).

Para a construção da Taxonomia Verde Colombiana, o processo de Financiamento Sustentável da União Européia foi tomado como referência, reconhecendo a importância de buscar o alinhamento com outras taxonomias que permitam a melhor resposta possível à natureza global dos mercados e aos desafios ambientais

(Superintendencia Financiera de Colombia, 2021).

Da mesma forma, o Climate Finance Monitoring, Reporting and Verification System - MRV foi levado em consideração com relação à identificação das atividades econômicas.

A Mesa de Taxonomia (hoje Comissão Intersectorial para a Taxonomia Verde), formada pelo Ministério da Fazenda e Crédito Público -MinHacienda, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -MinAmbiente, o Departamento Nacional de Planejamento -DNP, o Departamento Administrativo Nacional de Estatística -DANE e a Superintendência Financeira da Colômbia -SFC, foi responsável pela preparação, desenho e desenvolvimento; e será responsável pela implementação da Taxonomia Verde na Colômbia.

Como resultado das três primeiras fases, no final de 2021, dois documentos técnicos foram publicados:

O primeiro abrange a análise de sete (7) setores: energia; construção; gestão de resíduos e captura de emissões; abastecimento e tratamento de água; transporte, tecnologia da informação e comunicação; e fabricação.

O segundo, visando três (3) setores relevantes para o uso da terra: pecuária, agricultura e silvicultura, foi analisado sob cinco (5) objetivos ambientais: mitigação da mudança climática, adaptação à mudança climática, conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, gestão da água e gestão da terra.

Em abril de 2022, o Presidente da República lançou a Taxonomia Verde como uma ferramenta destinada a "canalizar recursos para investimentos e gastos verdes, aumentando a competitividade do país em um caminho de desenvolvimento resistente à mudança climática, com crescimento de baixo carbono e em linha com os compromissos assumidos em acordos internacionais" (Ministerio de Hacienda y Crédito Público, 2022). Ao mesmo tempo, está sendo feito um trabalho para definir o esquema de governança da Taxonomia Verde para garantir sua propriedade, atualização e socialização, entre outros.

O crescente desenvolvimento de finanças sustentáveis e taxonomias verdes no contexto nacional representa uma oportunidade para mobilizar e canalizar fluxos financeiros para a gestão da biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos, permitindo o financiamento da lacuna de investimentos em biodiversidade e aumentando a participação do setor privado no total dos investimentos atuais



¡Un compromiso para cumplir nuestras metas ambientales!



A Taxonomia Verde deve permitir o desenvolvimento de novos produtos financeiros e o posicionamento de atividades positivas para a biodiversidade nas carteiras das instituições financeiras. O documento reconhece a importância do setor financeiro na gestão dos riscos ambientais que a taxonomia procura gerenciar e lista as aplicações para seus diferentes usuários.



No âmbito do projeto SF4B na Colômbia, o objetivo é apoiar o exercício nacional de apoio à construção, uso e apropriação da Taxonomia Verde



reconhecendo que esta ferramenta aumentará os fluxos de investimento privado para atividades de conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade e que gerará um exercício de rastreabilidade que constrói confiança entre os atores envolvidos na gestão da biodiversidade e investimentos associados.

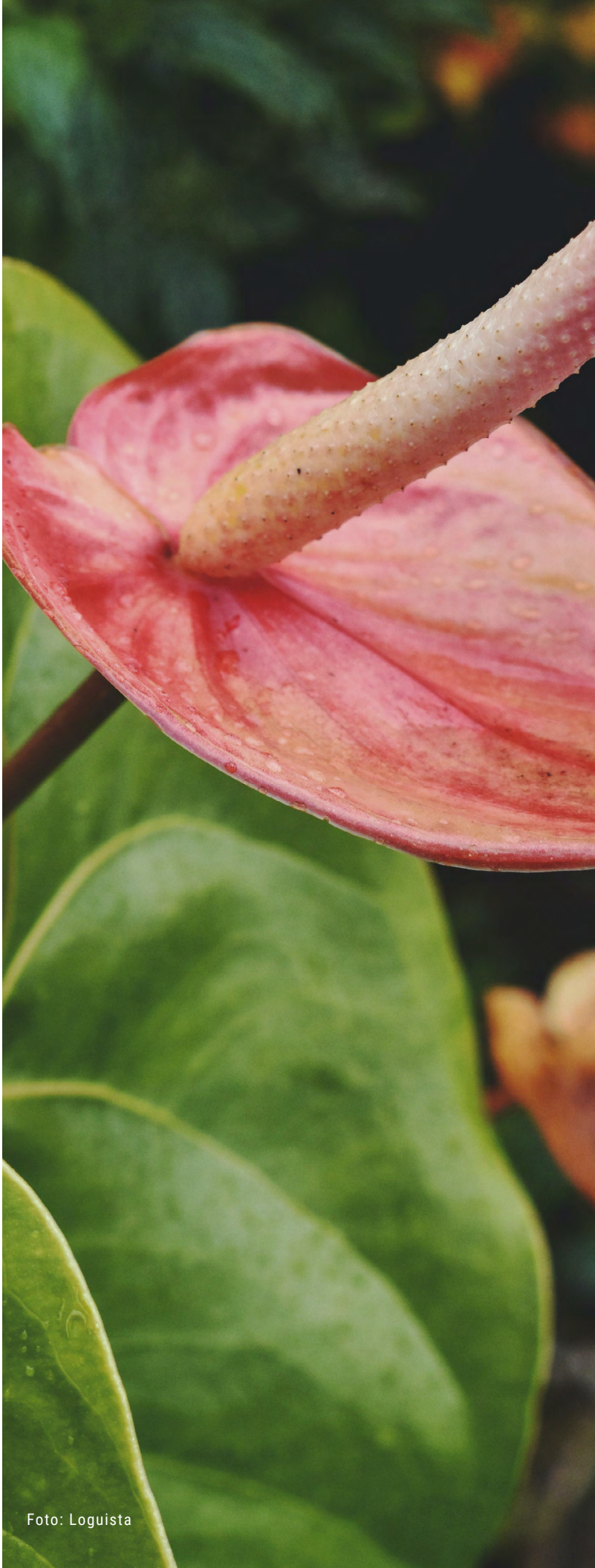


Foto: Loguista

5

Os atores do financiamento da biodiversidade

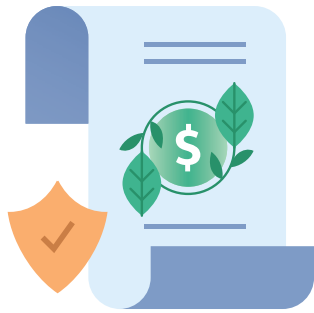
Devido às múltiplas disciplinas que interagem nesta temática, há muitos atores envolvidos na gestão da biodiversidade e seu financiamento. Esta seção é desenvolvida com referência à identificação das partes interessadas relacionadas à gestão da biodiversidade apresentada pelo PNGIBSE e ao escopo do projeto SF4B.

Os seguintes grupos de partes interessadas estão listados na tabela abaixo:

i) formuladores de políticas, reguladores e administradores, ii) usuários diretos da biodiversidade, iii) setor financeiro, iv) Banco Multilateral e Cooperação Internacional Embora todos os setores sejam relevantes, os mais representativos estão listados abaixo.

Grupo

Formuladores de políticas, reguladores e gestores de biodiversidade



Relevancia – Rol

Instituições encarregadas de gerar a política ambiental setorial do país e sua implementação, bem como de definir os mecanismos de financiamento das metas nacionais ou subnacionais de conservação.

Estes incluem: Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - MinAmbiente, Departamento Nacional de Planejamento - DNP e autoridades ambientais regionais.

O Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural está incluído devido ao seu papel na administração, regulamentação e aprovação do uso da terra agrícola.

Usuários diretos da biodiversidade



Setores Agrícola, Florestal e Pecuário: prioridade na construção da Taxonomia Verde da Colômbia do ponto de vista do uso da terra. Suas atividades podem ser decisivas para deter a perda da biodiversidade ou mesmo gerar um aumento da biodiversidade positiva.

Mineração, hidrocarbonetos, energia, estradas e setores de infra-estrutura: fazer investimentos para uso ou impacto na biodiversidade no âmbito de projetos e seu licenciamento ambiental, que constituem uma estratégia tangível para o desenvolvimento de ações de restauração e conservação dos ecossistemas nos territórios.

Cosméticos, Bioeconomia e Setores de Inovação: fazer uso da biodiversidade promovendo iniciativas para acessar a biodiversidade e seus recursos genéticos.

Grupo

Setor financeiro



Relevancia – Rol

Experiência e aprendizado prévio em finanças climáticas; contam com informações para cenários de aplicação; desenvolvem ações de capacitação e promovem as melhores práticas para o crescimento de suas afiliadas.

Suas afiliadas são responsáveis por financiar, segurar, investir no desenvolvimento de atividades que possam estar relacionadas com o conhecimento, uso e conservação da biodiversidade.

Mobilizam grandes quantidades de capital em investimentos de todos os tipos. Têm a capacidade de "sinalizar" para posicionar investimentos, servindo ao mercado como uma ponte entre o lado da demanda e o lado da oferta dos fluxos de financiamento. Papel na canalização e alocação eficiente de investimentos em biodiversidade através de mecanismos baseados no mercado.

Superintendência Financeira da Colômbia -
Superintendência Financeira de Colombia -
Superfinanciera,
Ministério da Fazenda e do Crédito Público - MinHacienda

Definem a política econômica e as ferramentas para garantir a segurança do setor financeiro da Colômbia.

Banco Multilateral

Potenciais financiadores da construção da taxonomia e de projetos no âmbito da taxonomia.

ONGs, Institutos de Pesquisa

Interesse em melhorar o conhecimento sobre as taxonomias de investimento em biodiversidade egeram um conhecimento chave para que as considerações sobre biodiversidade sejam integradas aos serviços financeiros e à taxonomia. Taxonomia baseada na ciência.

Comissão Intersectorial de Taxonomia Verde



Compreendendo MinHacienda, MinAmbiente, DNP e Superfinanciera, constitui o esquema de governança para a Taxonomia Verde.

Projeto SF4B



Tem a capacidade de apoiar a capacitação de instituições governamentais e do setor financeiro em Taxonomia Verde e Finanças da Biodiversidade.

Se propõe a desenvolver grupos de trabalho em Taxonomia Verde para promover o investimento na biodiversidade da região.

6

Desafios da taxonomia para o financiamento da biodiversidade na Colômbia

Como mencionado anteriormente, em abril de 2022 a Colômbia publicou sua Taxonomia Verde, uma ferramenta destinada a identificar e avaliar as atividades econômicas que podem contribuir para o cumprimento dos objetivos ambientais do país e, por sua vez, promover o investimento público e privado em questões ambientais. A taxonomia atual não tem um capítulo especificamente voltado para a biodiversidade, embora esta dimensão

seja parcialmente abordada do ponto de vista da adaptação às mudanças climáticas e dos setores agropecuário (divididos em agrícola e pecuária). Considerando a dificuldade inerente da dupla materialidade da perda da biodiversidade e as dificuldades de medir os impactos positivos e negativos das atividades financeiras, construir tal taxonomia é um desafio, mas também uma oportunidade.

Algumas das áreas mais desafiadoras são:



1. Compreender as dependências e impactos das atividades econômicas sobre a biodiversidade

Isto implica o uso de metodologias e ferramentas ainda não utilizadas na Colômbia e em desenvolvimento em outras regiões. Este entendimento também implica desenvolver capacidades nas instituições financeiras para incorporar critérios de biodiversidade na tomada de decisões, bem como identificar as ferramentas ou linhas de financiamento que colocam a biodiversidade em risco e com as quais se deve buscar um equilíbrio.

Este é um dos "Próximos Passos" identificados pelo Governo Nacional em el proceso de la Taxonomía Verde e será abordado neste projeto.



2. Reconhecer o que já existe

Atualmente na Colômbia, a iniciativa BIOFIN, liderada pelo PNUD, calculou a lacuna de financiamento para cumprir as metas de conservação do PAB.

A taxonomia a ser construída deve reconhecer este exercício, assim como os elementos da Conta Satélite Ambiental, para que o acompanhamento dos investimentos permita a obtenção dos dados mais realistas possíveis.



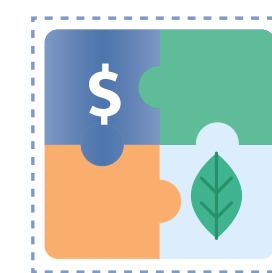
3. Ter os instrumentos financeiros adequados

Construir com as instituições os instrumentos financeiros e econômicos, ou cobrir lacunas na aplicação dos existentes, que podem ser aplicados para investimentos em biodiversidade. Isto envolve o envolvimento dos setores financeiro, de seguros, de investimentos e privado para identificar oportunidades e necessidades para investir na biodiversidade. É importante destacar os benefícios econômicos das atividades positivas para a biodiversidade versus os riscos de continuidade dos *business as usual*.



4. Capitalizar os investimentos obrigatórios

Uma maneira de envolver o setor privado é reconhecer o esforço envolvido no cumprimento das obrigações ambientais decorrentes das licenças e autorizações ambientais. Tais investimentos podem ser fundamentais para o desenvolvimento de projetos de larga escala com múltiplos atores envolvidos. A taxonomia precisará definir como as obrigações ambientais que contribuem para reduzir a perda de biodiversidade são contabilizadas.



5. Harmonizar com outras taxonomias e critérios para investimentos responsáveis

A taxonomia deve considerar cenários onde os investimentos podem ser considerados para diferentes tipos de investimentos sustentáveis, tais como mudança climática, desenvolvimento sustentável e outros, conforme definido pelo país. Isto é importante para evitar "dupla contagem" de investimentos ou critérios de elegibilidade conflitantes. A taxonomia não deve resultar em um incentivo perverso ou em um instrumento que prejudique outra iniciativa ambiental.



6. Aprender com os desenvolvimentos internacionais no campo da taxonomia e do financiamento da biodiversidade

Isto permitirá sinergias e acelerará a curva de aprendizado das instituições governamentais e do setor financeiro através da troca de informações.



7. Informações de rastreamento

De acordo com o acima exposto, devem ser definidos mecanismos para relatórios, rastreamento, revisão e ajuste das informações de investimento em biodiversidade, conforme definido na taxonomia e pelas instituições responsáveis por essas informações. As informações devem obedecer a atributos ambientais, geográficos e financeiros para que possam ser utilizadas pelas instituições financeiras.



Referencias

Asobancaria. (2012). Protocolo Verde. Agenda de cooperación entre el Gobierno Nacional y el sector financiero colombiano. Bogotá D.C.

Asobancaria. (2020). *Informe de sostenibilidad 2020*.

Asobancaria. (2021). *Guía general de administración de riesgos sociales y ambientales ARAS*.

Asobancaria. (2021). Banca y economía. La gestión de riesgos ambientales y sociales en la banca. Edición 1268. Bogotá D.C.

Bancamía. (2017). *BANCAMÍA, ONU (PNUMA) Y COLEGIO ICAM PONEN EN MARCHA PROYECTO DE ADAPTACIÓN AL CAMBIO CLIMÁTICO PARA AGRICULTORES*. Obtenido de: <https://www.bancamia.com.co/sala-de-prensa/detalle/bancamia-onu-pnuma-y-colegio-icam-ponen-en-marcha-proyecto-de-adaptacion-al-cambio-climatico-para-agricultores>

Bancamía. (2019). *Ayudaventas MEbA*.

Bancóldex. (2021). PEQUEÑOS PRODUCTORES RURALES DE LAS ZONAS MÁS AFECTADAS POR EL CONFLICTO ARMADO PODRÁN ACCEDER A CRÉDITOS PREFERENCIALES PARA AUMENTAR SU RESILIENCIA AL CAMBIO CLIMÁTICO. Obtenido de: <https://www.bancoldex.com/noticias/adaptacion-cambio-climatico-linea-de-credito>

BIOFIN, PNUD. (2018). *Movilizando recursos para la biodiversidad. Plan financiero*. Bogotá D.C.

BVC. (2022). BVC Sostenible. Obtenido de bvcsostenible.bvc.com.co/home

Cambridge Institute for Sustainability Leadership. (2020). *The six trends transforming finance for a sustainable economy*. Obtenido de <https://www.cisl.cam.ac.uk/news/blog/the-six-trends-transforming-finance-for-a-sustainable-economy>

Cambridge Institute for Sustainability Leadership. (2021). *Handbook for Nature-related Financial Risks: Key concepts and a framework for identification*. Obtenido de <https://www.cisl.cam.ac.uk/resources/sustainable-finance-publications/handbook-nature-related-financial-risks>

Cancillería. (s.f.). *Cancillería*. Obtenido de Biodiversidad: <https://www.cancilleria.gov.co/en/node/311>

Cárdenas, H. A. (2019). *Herramientas de Evaluación de Riesgos Ambientales y Sociales. Caracterización de las principales herramientas usadas en Colombia*. Bogotá D.C.

CIAT, CRECE. (2018). *Productividad de la Tierra y Rendimiento del Sector Agropecuario Medido a Través de Los Indicadores de Crecimiento Verde en el Marco de la Misión de Crecimiento Verde en Colombia*.

Cohen-Shacham, E., Walters, G., Janzen, C., & Maginnis, S. (2016). *Nature-based solutions to address global societal challenges*. Gland, Suiza: UICN.

Comisión Europea. (2022). *Overview of sustainable finance. Obtenido de What is sustainable finance?: https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/banking-and-finance/sustainable-finance/overview-sustainable-finance_en*

Congreso de Colombia. (2021). *Ley 2169 de 2021*. Bogotá.

DANE. (2020). Boletín CSA.

Departamento Nacional de Planeación. (2017). *Misión de Crecimiento Verde: Elementos críticos para el crecimiento verde en Colombia*. Obtenido de <https://www.dnp.gov.co/Crecimiento-Verde/Paginas/Diagnostico.aspx>

Departamento Nacional de Planeación. (2017). *Los costos en la salud asociados a la degradación ambiental en Colombia ascienden a \$20,7 billones*. Obtenido de <https://www.dnp.gov.co/Paginas/Los-costos-en-la-salud-asociados-a-la-degradacion-ambiental-en-Colombia-ascienden-a-20,7-billones-.aspx>

Departamento Nacional de Planeación. (2018). *Política de Crecimiento Verde*. Bogotá.

EFRAG. (2021). *Proposals for a relevant and dynamic EU sustainability reporting standard-setting*. Bruselas: European Reporting Lab.

Fondo Acción. (2020). Obtenido de <https://fondoaccion.org/2020/11/04/la-miniga-2/>

Fondo Acción. (2021). Obtenido de <https://fondoaccion.org/2021/10/27/la-logica-del-largo-plazo/>

Fondo Acción; Fundepúblico y WCS. (2016). *Mercados ambientales emergentes en Colombia*. Bogotá, D.C.

ICMA. (2021). *Green Bond Principles*.

IDEAM. (2018). *Resultados Monitoreo de la Deforestación 2017*. Obtenido de http://www.ideam.gov.co/inicio?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximize-

d&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2Fweb%2Fguest%2Finicio%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_

IDEAM. (2019). *Resultados Monitoreo de la Deforestación 2018*. Obtenido de http://www.ideam.gov.co/web/intranet/noticias/-/asset_publisher/g037c5HXVo8L/content/de-acuerdo-con-el-ultimo-reporte-del-ideam-la-deforestacion-en-colombia-en-el-ano-2018-se-redujo-en-22-814-hectareas-respecto-al-2017?_101_INSTANCE_g037c5HXVo8L_redirect=

IFC. (2012). *Normas de desempeño sobre sostenibilidad ambiental y social*.

Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt. (2021). *Grave deterioro de la biodiversidad nacional pone en riesgo la vida en Colombia*. Obtenido de <http://www.humboldt.org.co/es/boletines-y-comunicados/item/1658-grave-deterioro-de-la-biodiversidad-nacional-pone-en-riesgo-la-vida-en-colombia>

Instituto Humboldt. (2021). *Evaluación Nacional de Biodiversidad y Servicios Ecosistémicos*. Bogotá D. C., Colombia.: Chaves, M. E., Gómez-S- R., Ramírez, W. y C. Solano. (Eds.) Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo y el Centro Mundial de Monitoreo para la Conservación del Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente.

London School of Economics. (2021). *'Double Materiality': What is it and why does it matter?* Obtenido de <https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/news/double-materiality-what-is-it-and-why-does-it-matter/>

London School of Economics and Political Science, INSPIRE, NGFS. (2021). *Biodiversity and Financial Stability: Exploring the case for action*. The Network for Greening the Financial System (NGFS).

Millennium Ecosystem Assessment. (2005). *Millennium Ecosystem Assessment*. Obtenido de Millennium Ecosystem Assessment: <https://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible. (2012). *Política Nacional para la Gestión de la Biodiversidad y sus Servicios Ecosistémicos (PNGIBSE)*. Bogotá D.C.

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible. (2017). *Plan de Acción de Biodiversidad para la Implementación de la Política Nacional para a Gestión Integral de la Biodiversidad y sus Servicios Ecosistémicos 2016-2030*. Bogotá, D.C.(Colombia).

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible. (2019). *Sexto Informe de Colombia ante el Convenio de Diversidad Biológica*.

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible. (2021). *Programa Nacional de Pago por Servicios Ambientales (PSA)* . Bogotá D.C.

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible. (febrero de 2022). *Nota Concepto y Agenda*. Taller de Insumos Ley de Biodiversidad Positiva. Colombia.

Ministerio de Hacienda y Crédito Público. (2021). *Marco de Referencia de Bonos Verdes Soberanos de Colombia*.

Ministerio de Hacienda y Crédito Público. (2021). *MinHacienda*. Obtenido de Taxonomía Verde de Colombia. Fase 1: <https://www.irc.gov.co/webcenter/portal/TaxonomiaVerdeColombia>

Ministerio de Hacienda y Crédito Público. (abril de 2022). *Taxonomía Verde*. Obtenido de *¿Para qué y a quién le sirve?*: <https://www.taxonomiaverde.gov.co/webcenter/portal/TaxonomiaVerde>

Ministerio de Hacienda y Crédito Público, Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible, Departamento Nacional de Planeación, Superintendencia Financiera de Colombia, Departamento Administrativo Nacional de Estadística. (Septiembre de 2021). *Taxonomía Verde de Colombia*. Obtenido de Fase I para la Construcción de la Taxonomía Verde Colombia : <https://www.irc.gov.co/webcenter/portal/TaxonomiaVerdeColombia>

Naciones Unidas. (1992). *Convention on Biological Diversity*. Obtenido de <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-es.pdf>

Nature-Positive Hub, Cambridge Institute for Sustainability Leadership. (2022). *A Global Goal for Nature-Positive*. Obtenido de <https://www.cisl.cam.ac.uk/resources/nature-positive#:~:text=A%20global%20goal%20for%20nature,and%20ecosystems%20begin%20to%20recover>.

OECD. (Abril de 2020). *OECD*. Obtenido de A Comprehensive Overview of Global Biodiversity Finance: <https://www.oecd.org/environment/resources/biodiversity/report-a-comprehensive-overview-of-global-biodiversity-finance.pdf>

OECD. (2021). *Biodiversity, Natural Capital and the Economy: A Policy Guide for Finance, Economic and Environment Ministers*. *OECD ENVIRONMENT POLICY PAPER NO. 26*Oxford Business Group. (2021). *ESG Trends 2021: Rise of green finance*. Obtenido de <https://oxfordbusinessgroup.com/news/esg-trends-2021-rise-green-finance>

SNB. (2020). *Country Progress Report Colombia*.

Superintendencia Financiera de Colombia. (2020). *Guía de Buenas Prácticas para las emisiones de bonos verdes*. Bogotá D.C.

Superintendencia Financiera de Colombia. (2021). *El "viaje" de la SFC hacia la Sostenibilidad*. Obtenido de https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/209293d6-78b1-4548-b5a7-0e4b40ecb0de/SFC+PPT_SBN+Webinar_final.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nu2hS1a

Superintendencia Financiera de Colombia. (26 de Mayo de 2021). *Taxonomía verde para el objetivo ambiental de cambio climático*. Obtenido de <https://www.labinovacaofinanceira.com/wp-content/uploads/2021/06/Taxonom%C3%ADa-verde-para-el-objetivo-ambiental-de-cambio-clim%C3%A1tico-Mariana-Escobar-Uribe-.pdf>

The World Bank Group. (2020). *Mobilizing Private Finance For Nature*. Washington: The World Bank Group.

TNFD. (2022). *About*. Obtenido de <https://tnfd.global/about/#work>

TNFD, UNDP, UN Finance Initiative, WWF, GEF. (2021). *El Alcance de la Naturaleza: Un resumen de la propuesta de alcance, gobernanza, plan de trabajo, comunicación y plan de recursos para el TNFD*.

UNEP. (2021). *State of Finance for Nature*. Nairobi.

UNEP FI; UNP WCMC. (2021). *Biodiversity Target-setting: Guidance for banks, Principles for Responsible Banking*. Ginebra: UNEP Finance Initiative.

UNFCCC. (s.f.). *UNFCCC Sites and platforms*. Obtenido de <https://unfccc.int/topics/land-use/workstreams/redd/what-is-redd>

University of New York. (2021). *New Meta-Analysis From NYU Stern Center for Sustainable Business and Rockefeller Asset Management Finds ESG Drives Better Financial Performance*. Obtenido de https://www.stern.nyu.edu/experience-stern/faculty-research/new-meta-analysis-nyu-stern-center-sustainable-business-and-rockefeller-asset-management-finds-esg?mkt_tok=eyJpIjoiWVRBd01Ea3d0aJJsWTJOa-SlslnQiOiJvQmt1eW1xS09uRnY4Unh4SnRzRjducFRBQWw5SIZUSE5oR0d3

World Economic Forum, P. (2020). *Nature Risk Rising: Why the Crisis Engulfing Nature Matters for Business and the Economy*.

WWF - World Wide Fund For Nature. (2021). *¿Qué significa que Colombia quiera ser carbono neutral para 2050?* Obtenido de <https://www.wwf.org.co/en/?367514/Que-significa-que-Colombia-quiera-ser-carbono-neutral-para-2050>

Glossário

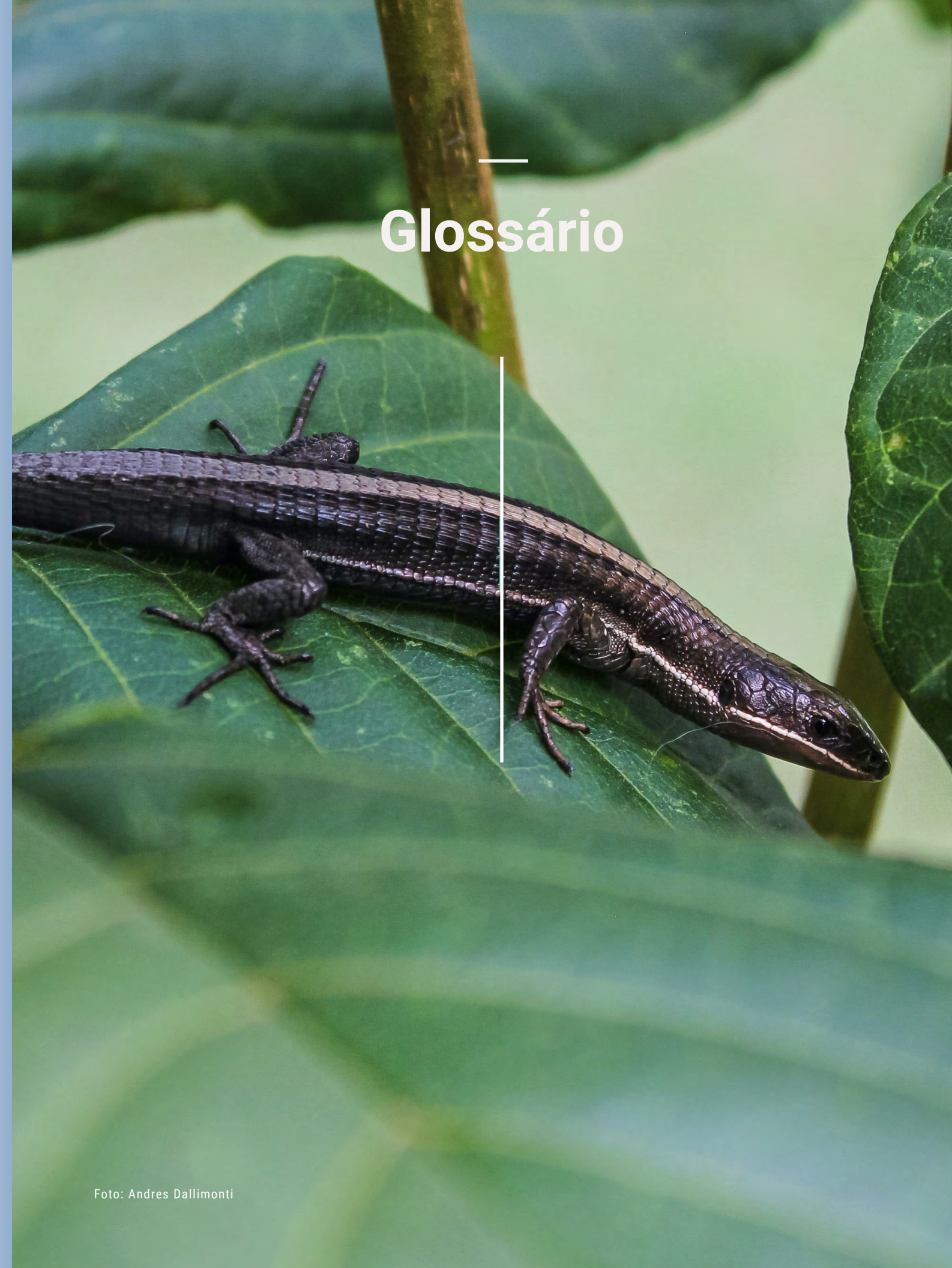


Foto: Andres Dallimonti

Biodiversidade: variabilidade entre organismos vivos de todas as fontes, incluindo, entre outros, ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; inclui a diversidade dentro das espécies, entre espécies e de ecossistemas. (Naciones Unidas, 1992)

Títulos verdes: qualquer tipo de instrumento de títulos em que a receita ou um montante equivalente será aplicado exclusivamente para financiar ou refinar, parcial ou totalmente, projetos verdes elegíveis novos e/ou existentes. (ICMA, 2021)

Neutralidade de carbono: equivalência a zero entre emissões antropogênicas e remoções de Gases de Efeito Estufa (GEE). (Congreso de Colombia, 2021)

Degradação do ecossistema: redução persistente dos ecossistemas em sua capacidade de fornecer serviços ecossistêmicos. (Millennium Ecosystem Assessment, 2005)

Dupla materialidade: contempla duas dimensões de materialidade. A materialidade do impacto se refere a questões de sustentabilidade que são materiais para os relatórios de uma entidade em termos de escala, gravidade e urgência; e a materialidade financeira se refere a questões de sustentabilidade que são materiais porque afetam o valor da empresa, sua cadeia de valor ou seus ativos. (EFRAG, 2021)

Financiamento da biodiversidade: gastos que contribuem - ou visam contribuir - para a conservação, uso sustentável e restauração da biodiversidade. O financiamento da biodiversidade vem de fontes públicas e privadas, e pode ser canalizado através de intermediários como instituições financeiras públicas e proprietários e gerentes de ativos privados. Ela pode ser mobilizada e entregue através de uma variedade de instrumentos e mecanismos de financiamento, nacional e internacionalmente. (OECD, 2020)

Finanças sustentáveis: o processo de levar em conta considerações ambientais, sociais e de governança (ESG) ao tomar decisões de investimento no setor financeiro, levando a investimentos de mais longo prazo em atividades e projetos econômicos sustentáveis. (Comisión Europea, 2022)

Serviços dos ecossistemas: aqueles processos e funções dos ecossistemas que são percebidos pelo homem como um benefício direto ou indireto (ecológico, cultural ou econômico). Eles incluem serviços de abastecimento, tais como alimentos e água; serviços de regulamentação, tais como a prevenção de desastres naturais através de inundações, secas ou deslizamentos de terra e controle de doenças ou pragas; serviços de subsistência, tais como formação do solo e reciclagem de nutrientes; e serviços culturais, sejam eles recreativos, espirituais, religiosos ou outros benefícios não-materiais. (Millennium Ecosystem Assessment, 2005)

Soluções baseadas na natureza: ações para proteger, administrar de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais ou modificados que enfrentem de forma eficaz e adaptável os desafios da sociedade, tais como mudança climática, segurança alimentar ou risco de desastres, ao mesmo tempo em que proporcionam benefícios para o bem-estar humano e a biodiversidade. (Cohen-Shacham, Walters, Janzen, & Maginnis, 2016)

Usuários diretos da biodiversidade: aqueles que utilizam a biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos como o principal elemento para o desenvolvimento de suas atividades ou como matéria-prima ou insumo para a produção. (Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible; Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Alexander von Humboldt; Cooperación Técnica Alemana (GIZ), Departamento Nacional de Planeación, 2012)



Foto: Andres Herrera





PANORAMA NACIONAL DO FINANCIAMENTO DA BIODIVERSIDADE

Situação atual e desafios na Colômbia